



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

31 de outubro de 2017

Ata da Centésima Décima Sexta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia trinta e um do mês de outubro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Jorge Frederico, Valdemar Júnior, Vilmar de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Oliveira e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 145/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “determina obrigações às agências bancárias no Estado do Tocantins em relação ao atendimento dos consumidores, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 161/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas estaduais, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 168/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre o horário de funcionamento dos Cartórios Públicos Extrajudiciais do Estado, e dá outras providências”; Ofício de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, informando a recomposição como Membro Efetivo da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, indicando para compor os seguintes membros: Titular – Deputado Rocha Miranda e Suplente – Deputado Valdemar Júnior; Ofício de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, informando a recomposição como Membro Efetivo da Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Juventude, indicando para compor os seguintes membros: Titular – Deputado Valdemar Júnior e Suplente – Deputado Rocha Miranda; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de convênio com a Prefeitura de Cachoeirinha-TO; Ofício oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de Termo de Colaboração com a Prefeitura de Guaraí-TO; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e Ofício oriundo do Ministério da Educação – MEC, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 206/2017, autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; 203/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; 204 e 205/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; e os Requerimentos que receberam os números 2.107 a 2.120. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 206/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; e dos Requerimentos que receberam os números 2.107 e 2.108, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 2.129, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Líder do Governo, que nos



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

termos do arts. 80 § 1º e 137 do Regimento Interno requer a dispensa de todos os interstícios, nos termos dos arts. 72 e 133, para a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, para discussão e votação dos Processos números 43/2016, que originou o Projeto de Decreto Legislativo número 3/2017; e 94/2017, que originou os Projetos de Decreto Legislativo números 4/2017 e 5/2017; o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Paulo Mourão. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 9/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a transferir ao domínio da União os trechos das rodovias estaduais que especifica, para fins de absorção à malha rodoviária federal”, que deu origem ao Processo número 249/2017; o qual votado, foi aprovado com a abstenção do Senhor Deputado Zé Roberto, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação os Projetos de Lei números: 29/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 86 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 167/2017; 31/2017, de autoria do Senhor Governador do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miranorte o uso da área de terreno que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 178/2017; 36/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante permuta, os lotes de terras que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 217/2017; 111/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Moisés Nogueira Avelino”, que deu origem ao Processo número 171/2017; 124/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dá a denominação de Edson Carlos Alves da Rocha, “Edson da Van” à Rodovia TO-424, que liga o Trevo da TO-222 ao Município de Babaçulândia”, que deu origem ao Processo número 179/2017; 129/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Educacional, Cultura e Desporto do Tocantins, Adeptins, na cidade de Aragominas”, que deu origem ao Processo número 213/2017; 155/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Maurício Quintella Malta Lessa”, que deu origem ao Processo número 229/2017; 174/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Indigenista do Estado do Tocantins – Ingestins”, que deu origem ao Processo 236/2017; 342/2016, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “cria o ICMS Turismo no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo 353/2016; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 154/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Heldere Zaluth Barbalho”, que deu origem ao Processo número 223/2017, o qual votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados José Bonifácio, Zé Roberto e Wanderlei Barbosa, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação o Projeto de Lei número 156/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”, que deu origem ao Processo número 230/2017, o qual, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, retirou da pauta da Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 3/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência das Medidas Provisórias



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

números 2, 5, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47 e 50 todas de 2016, e 4, 11, 17, 26 e 35 todas de 2017, que “prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I, do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outras providências”, conforme disposto no art. 200 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”, que deu origem ao Processo número 43/2016; 4/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 24, de 10 de abril de 2017 que “Altera os arts. 1º e 6º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária-Pedaaf aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, conforme disposto no art. 200 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”, que deu origem ao Processo número 94/2017; 5/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 33, de 10 de maio de 2017 que “altera os arts. 1º e 6º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária-Pedaaf aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

conforme disposto no art. 200 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”, que deu origem ao Processo número 94/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 540, 541, 935, 936, 997, 998, 999, 1.000, 1.064, 1.065, 1.066, 1.067, 1.068, 1.069, 1.074, 1.085, 1.086, 1.087, 1.214, 1.215, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 1005, 537, 538, 539, 1119, 1120, 744, 745, 746, 764, 765, 769, 810, 811, 812, 813, 814, 842, 843, 844, 845, 2.105, 1.299, 1.300, 1.301, 759, 760 e 761, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas, convocando Sessão Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário